



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico (SRP) Nº 04/2020
Processo Administrativo nº 23205.002135/2020-61
Sistema de Registro de Preços

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços visando à **aquisição de materiais de manutenção predial**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Quanto ao quadro especificado abaixo, passamos a esclarecer:

a) Quantidade Mínima: representa o número mínimo de unidades que podem ser cotadas por licitante para cada item deste Termo de Referência, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso IV do Decreto nº 7.892/2013.

b) Quantidade Máxima: representa a estimativa de quantidade máxima a ser adquirida pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso II do Decreto nº 7.892/2013.

1.1.1.1. A **Quantidade Mínima** não deve ser confundida com **Requisição Mínima** que é o mínimo a ser solicitado pela UFFS para cada item, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. Os itens que possuírem **Requisição Mínima** terão esse dado descrito abaixo desta tabela ou junto a sua especificação/detalhamento.

1.1.1.2. Informamos que podem existir divergências entre as descrições dos itens divulgados no site www.comprasnet.gov.br, que constarão nas Notas de Empenho a serem emitidas após a homologação da Licitação e o que consta neste Anexo. A razão disso são as mudanças feitas nos códigos para lançamento no sistema SIASG e a ausência de especificações que atendam integralmente as descrições apresentadas pelos requisitantes do objeto. Por esse motivo, ressaltamos que, em caso de dúvida no momento de lançamento das propostas no Comprasnet ou quando da entrega dos produtos nos campi, o licitante deve sempre considerar a descrição presente neste Termo de Referência e/ou contatar o Pregoeiro.

Grupo	Item	Catálogo	Requisitante	Especificação Técnica	Qtd Mín	Qtd Máx	Unidade	Valor Unit.	Valor Total
1	1	30.310.04 0.013	Campus Realeza/PR	Vaso para plantas. Composto de polietileno resistente ao sol, cor cinza, formato cônico, textura em grafiato, altura 29 centímetros, largura de 13 a 21 centímetros.	5	5	Unidade	R\$73,59	R\$367,95
	2	30.310.04 0.013		Vaso para plantas. Composto de polietileno resistente ao sol, cor cinza, formato cônico, textura em grafiato, altura 38 centímetros, largura de 17 a 28 centímetros.	5	5	Unidade	R\$84,39	R\$421,95
	3	30.310.04 0.013		Vaso para plantas. Composto de polietileno resistente ao sol, cor cinza, formato cônico, textura em grafiato, altura 48 centímetros, largura de 22 a 35 centímetros.	5	5	Unidade	R\$94,52	R\$472,60
2	4	3024.004. 0 439	Campus Cerro Largo/RS	Pedrisco 3/8. Campus Cerro Largo/RS.	75	75	M³	R\$72,70	R\$5.452,50
	5	3024.004. 0 009		Pedra Brita nº 2. Campus Cerro Largo/RS.	75	75	M²	R\$73,97	R\$5.547,75
-	6	3024.004. 0009	Campus Passo Fundo/RS	Pedra Brita nº 2. Campus Passo Fundo.	50	100	M³	R\$100,34	R\$10.034,00

-	7	3031.001.0056		Gramma. Campus Passo Fundo.	50	100	M²	R\$8,99	R\$899,00
-	8	5238.006.0002		Máquina de solda inversora portátil de 160 A, com tensão de alimentação de 220 V, para utilização de eletrodo revestido com espessura de 2.5 MM A 3.25 MM, corrente máxima de consumo de 27 A (aproximadamente 6 KVA), faixa de corrente de solda de 20 A 160 A, tensão em vazio de até 60 V, ciclo de trabalho de 20% a 160 A 100% A 72 A, eficiência energética 85%, sistema de refrigeração forçado com dispositivo térmico de proteção contra superaquecimento, grau de proteção IP21, dimensões aproximadas de 100 X 190 X 250 MM (L X A X C), com peso máximo de 4 kg. Garantia mínima de 01 (um) ano.	1	1	Unidade	R\$1.135,07	R\$1.135,07
-	9	3024.004.0011	Campus Erechim/RS	Pedra Brita Nº 1. Pedra brita, material rocha triturada, tamanho número 1, 24 milímetros. Campus Erechim/RS.	37	75	M³	R\$83,60	R\$6.270,00
-	10	3024.004.0834		Pó de Pedra Brita. Pó de pedra, material brita 0, aplicação alvenaria. Campus Erechim/RS.	10	20	M³	R\$83,04	R\$1.660,80
-	11	3024.004.0009		Pedra Brita Nº 2. Pedra brita, material rocha triturada, tamanho 2, 30 milímetros. Campus Erechim/RS.	25	50	M³	R\$84,92	R\$4.246,00
-	12	3024.004.0012		Areia média. Areia, tipo lavada, material de origem mineral, granulometria média, composta basicamente de dióxido de silício. Campus Erechim/RS.	17	35	M³	R\$166,63	R\$5.832,05
-	13	3024.004.0439		Pedrisco 3/8. Campus Erechim/RS.	25	50	M³	R\$80,89	R\$4.044,50
-	14	3024.004.0908		Cascalho/pedra de mão. Campus Erechim/RS.	15	30	M³	R\$77,97	R\$2.339,10
-	15	3024.004.0766		Brita graduada simples. Usinada. Faixa granulométrica: 2,36 mm a 31,5 mm. Campus Erechim/RS.	10	20	M³	R\$86,84	R\$1.736,80
-	16	3031.001.0056		Gramma São Carlos (sempre verde), em leiva. Campus Erechim/RS.	500	1000	M²	R\$12,43	R\$12.430,00
-	17	3028.002.0001		Cadeado de 30mm com haste em aço endurecido, com corpo e chaves em latão.	10	20	UNID.	R\$17,52	R\$350,40
-	18	52.420.02.0012	Campus Erechim/RS	Conjunto de mesa retangular com 2 bancos em concreto para jardim e praça, modelo reto, conforme especificações abaixo: - Mesa retangular em concreto modelo reto. Mesa com 2 pés laterais confeccionada em concreto vibrado, com armação de aço, revestido em granilite polido e resinado ou em cimento aparente. Medidas mínimas: 1,50m de comprimento, 0,80m de largura do tampo, 0,75m de altura do tampo em relação ao solo, espessura do tampo de no mínimo 0,05m. - Banco de concreto para jardim e praça, modelo reto. Banco para jardim e praça com pés, confeccionados em concreto vibrado, com armação de aço, revestido em granilite polido e resinado ou em cimento aparente. Medidas mínimas: 1,50m de comprimento, 0,35m de largura do assento, 0,45m de altura do assento em relação ao solo, espessura do assento de no mínimo 0,05m. O banco deverá suportar no mínimo 400 kg de peso.	5	10	Conjunto	R\$1.085,00	R\$10.850,00
-	19	52.420.02.0012		Conjunto de mesa redonda com 2 bancos meia lua em concreto para jardim e praça, conforme especificações abaixo: - Mesa redonda em concreto. Mesa confeccionada em concreto vibrado, com armação de aço, revestido em granilite polido e resinado ou em cimento aparente. Medidas mínimas: 1,0m de diâmetro, 0,80m de altura do tampo em relação ao solo, espessura do tampo de no mínimo 0,05m. - Banco de concreto para jardim e praça, modelo meia lua. Banco para jardim e praça com pés, confeccionados em concreto vibrado com armação de aço, revestido em granilite polido e resinado ou em cimento aparente. Medidas mínimas: 1,50m de comprimento, 0,35m de	5	10	Conjunto	R\$879,13	R\$8.791,30

				largura do assento, 0,45m de altura do assento em relação ao solo, espessura do assento de no mínimo 0,05m. O banco deverá suportar no mínimo 400 kg de peso.					
-	20	3025.005.0 032	Campus Realeza/PR	Roda de Borracha para Rodízio. Roda de borracha com núcleo em chapa de aço zincado, eixo da roda com rolete; Diâmetro da roda: 5"; Diâmetro: 125 mm; Diâmetro do furo: 15 mm; Largura: 37 mm; Capacidade de carga: 100 kg.	15	30	Unidade	R\$50,80	R\$1.524,00
-	21	3031.001.05 6	PROAE	Gramma São Carlos (sempre verde), em leiva	500	1000	M²	12,34	12.340,00
-	22	30.240.02 0.392	Campus Chapecó/SC	Hidrômetro multijato, Qnom: 10m³/h, Qmáx: 20m³/h e diâmetro de 1.1/2' (40mm) com todas as peças necessárias para o acoplamento do cavalete à bomba existente no poço e à rede de abastecimento do reservatório central. Instalado no local.	1	1	UN	R\$1.447,64	R\$1.447,64
-	23	30.280.02 0.026		Tachão fabricado em resina de poliéster, com alta resistência mecânica, envolvido em ferro de 3/8. As peças devem ser zincadas e com roscas ancoraduras. Os elementos refletivos devem ser em acrílico, dando às peças, características retrorefletivas bidirecionais. Para utilização em sinalização viária urbana ou em rodovias. Dimensões: 250mmx150mmx50mm Peso: 2.500g Pino de Fixação: 3/8 x 3 x 2 Carga mínima de ruptura: 15.000Kgf.	48	96	UN	R\$48,79	R\$4.683,84
-	24	30.240.12 0.007		Cola para tachões. Cola adesiva a base de cargas minerais e resina poliéster. Empregada na fixação de elementos sobre vias e ruas (utilizado para fixação de tachões e gelo baiano). Deve acompanhar catalizador suficiente para toda a cola da embalagem. O processo de cura da cola (polimerização) consiste na mistura da cola propriamente dita com o catalisador. Informações adicionais: O rendimento da cola na fixação varia em função das dimensões das peças: TACHA: 100 gramas de cola de fixação por peça instalada. TACHÃO: 200 gramas de cola de fixação por peça instalada. Apresentação em latas de 01 kg por lata.	10	20	KG	R\$48,58	R\$971,60
-	25	30.160.15 0.009		Refil/bastão de cola quente transparente, medidas mínimas de 11,5 mm de diâmetro e 30cm de comprimento. Composição: Resina de EVA e resina taquificante. Entrega em pacotes de 01kg cada.	7	15	PCT	R\$31,30	R\$469,50
-	26	30.240.14 0.070		Spray Limpa Contato a seco 300 ml/200g - Embalagem: lata metálica em aerossol, com no mínimo 300 ml/200g, não agride a camada de ozônio; Composição: destilados de petróleo e propelente; Bico extensor: 10 cm; Aplicação: limpeza de componentes elétricos com secagem rápida, sem deixar resíduos; Apresentação: Spray a seco; Prazo de validade de, no mínimo, 18 meses, a partir da data de entrega do produto.	2	5	UN	R\$15,53	R\$77,65
-	27	30.260.06 0.110	Refletor LED , potência 100w, SMD - última geração LED, RGB/colorido, 9.400 lúmens, ângulo de iluminação de 180°, vida útil de 50.000 horas, bivolt automático (110v – 220v), em alumínio, dimensões aproximadas 35,5 x 29 x 5,5 cm, garantia de 12 meses.	7	15	UN	R\$167,13	R\$2.506,95	
Total Geral								R\$106.902,95	

1.1.2. Especificações do objeto

1.1.2.1. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma compra com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.1.2.2. No quadro acima pode-se observar a repetição de alguns itens. Esta replicação se faz necessário para o atendimento dos diferentes Campi com a possibilidade de contemplar fornecedores locais, sem, no entanto, inibir demais fornecedores. Ademais, a localização de alguns Campi, pode influenciar no custo final dos produtos, especialmente considerando os custos de transportes. Todavia, no que se refere aos orçamentos, para o estabelecimento dos valores de referência, informamos que foram feitos prioritariamente, com fornecedores que conseguiriam atender aos diferentes endereços, assim, manteve-se a isonomia de valores.

1.1.2.3. A empresa vencedora do certame deverá ter ciência de que os materiais deste Termo serão solicitados em períodos diferentes durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo que a entrega dos materiais ocorrerá conforme local informado **no item 4.1.** deste Termo.

1.1.2.4. A Contratada deverá ter ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento dos materiais desta Licitação.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.3. Da Garantia

1.3.1. Quanto aos prazos de garantia, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis, prevalecem os períodos estabelecidos nas especificações técnicas dos itens deste Termo de Referência, salvo quando for verificado prazo maior na descrição técnica contida na proposta comercial do fornecedor.

1.3.2. Para os itens que não apresentam indicação do prazo de garantia na sua descrição, a Contratada deverá observar a garantia mínima estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

1.3.2.1. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos, sem qualquer ônus adicional à UFFS.

1.3.2.2. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos implementos e equipamentos substituídos serão de inteira responsabilidade da Contratada.

1.4. Da Assistência Técnica

1.4.1. Quando na descrição do item constar o termo “assistência técnica”, está se solicitando que o equipamento ofertado pela Licitante tenha assistência técnica autorizada pelo fabricante do produto em território nacional, visando dar a UFFS referências sobre a rede de assistência técnica disponível no Brasil capaz de atender uma futura necessidade de manutenção do equipamento, dentro da garantia ou não.

1.4.2. Como pré-requisito para aceitação da marca/modelo de equipamento ofertado na proposta da Licitante, conforme disposto no **item 08 do Edital**, será exigido que a Licitante apresente juntamente à proposta e catálogo dos itens, informações sobre a(s) empresa(s) autorizada(s) pelo fabricante do equipamento ofertado a prestar assistência técnica no Brasil e fornecer as peças necessárias para eventual manutenção ou reparo do equipamento.

1.4.2.1. As informações sobre a assistência técnica deverão ser comprovadas por uma das opções indicadas abaixo:

a) Manual do Produto e/ou Termo de Garantia, elaborados pelo fabricante, com a relação do(s) prestador(es) autorizado(s) a realizar assistência técnica no Brasil; OU

b) Informação específica extraída do site oficial do fabricante com dados da rede de assistência técnica autorizada no Brasil.

1.5. Da Pesquisa de Preços e dos Valores

1.5.1. De acordo com a Declaração de Pesquisa de Preços dos requisitantes, os valores utilizados como estimativa de preço para os itens deste Termo de Referência foram definidos com base nos **parâmetros I, II, III e IV** do Art. 2º da Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que alterou a IN 05, de 27 de junho de 2014, para os quais aplicaram-se, a “**média**” das cotações obtidas.

1.5.2. O valor total estimado para a aquisição dos itens que compõem este Termo de Referência é de **R\$ 106.902,95 (cento e seis mil, novecentos e dois reais e noventa e cinco centavos).**

1.6. Dos Critérios de Sustentabilidade

1.6.1. Para os itens constantes na tabela no **item 1** deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização se enquadra no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009 e/ou está relacionada nas Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP conforme dispõe a Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013 só será admitida a oferta de produto cujo **fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais**, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 **ou apresente licença ambiental em nível municipal e/ou estadual correspondente ao objeto, para a referida atividade:**

Itens	Componente do item	Base legal	Requisito
1, 2 e 3	Vaso de plástico	FTE/Categoria: Indústria de produtos de matéria plástica ; FTE/Código: 12 – 2 que dispõe sobre <i>“Fabricação de artefatos de material plástico”</i>	CTF/APP* do fabricante
4, 5, 6, 9, 10, 11, 13, 14 e 15	Pedrisco, pedra brita e cascalho	FTE/Categoria: Extração e tratamento de minerais ; FTE/Código: 1 – 2 que dispõe sobre <i>“Lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento”</i>	CTF/APP* do fabricante
8	Máquina de solda	FTE/Categoria: Indústria Mecânica ; FTE/Código: 4 – 1 que dispõe sobre <i>“Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície”</i>	CTF/APP* do fabricante
17	Cadeado	FTE/Categoria: Indústria Metalúrgica ; FTE/Código: 3 – 10 que dispõe sobre <i>“Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia”</i>	CTF/APP* do fabricante
18 e 19	Conjunto mesa concreto	FTE/Categoria: Indústria de produtos minerais não metálicos ; FTE/Código: 2 – 2 que dispõe sobre <i>“Fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similar”</i>	CTF/APP* do fabricante
22	Hidrômetro	FTE/Categoria: Indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações ; FTE/Código: 5 – 3 que dispõe sobre <i>“Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos”</i>	CTF/APP* do fabricante
23	Tachão de resina	FTE/Categoria: Indústria química ; FTE/Código: 15 – 5 que dispõe sobre <i>“Fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos”</i>	CTF/APP* do fabricante
24 e 25	Cola para tachões e refil/bastão cola quente	FTE/Categoria: Indústria química ; FTE/Código: 15 – 1 que dispõe sobre <i>“Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos”</i>	CTF/APP* do fabricante
26	Spray Limpa Contato a seco	FTE/Categoria: Indústria química ; FTE/Código: 15 – 9 que dispõe sobre <i>“Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas”</i>	CTF/APP* do fabricante

1.6.1.1. A licitante poderá apresentar CTF/APP ou licença ambiental correspondente, de atividade correlata ao item para o qual apresentou proposta, desde que a atividade detalhada no certificado apresente relação com o objeto desta licitação.

1.6.1.2. Caso o fabricante seja dispensado dos registros relacionados, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei conforme **Modelo de declaração** disponível no **“ENCARTE B”** deste Termo de Referência.

1.6.1.3. Cabe informar que o Cadastro Técnico Federal das Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e demais licenças ambientais, será solicitado aos produtos fabricados nacionalmente, uma vez que o mesmo se refere ao uso de recursos naturais e modo de produção no país. Caso a empresa, venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto.

1.6.1.4. As fichas de enquadramento (FTEs) de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP do IBAMA encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/ftes>>.

1.6.1.5. O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental (atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais), está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

1.6.2. A empresa Licitante deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010.

1.6.3. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do objeto será comunicado pela UFFS ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

1.6.4. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

1.6.5. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS que, contempla em suas ações a adoção gradativa de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As justificativas e objetivo para a aquisição dos itens deste Termo de Referência foram apresentadas pelos requisitantes do objeto:

2.1.1. Campus Realeza:

2.1.1.1. O bloco A, bloco dos professores e Hospital Veterinário tem grande fluxo de servidores, e alunos, a ornamentação verde além de tornar o ambiente mais agradável, proporcionará uma visão ainda mais estética do espaço. Os materiais demandados foram planejados no início de 2019 e fazem parte do PAC 2020, visto que a melhoria do ambiente do campus é uma das metas da administração.

2.1.1.2. Para substituição dos rodízios danificados dos containers que ficam no bloco a; SUHVU e Central de Resíduos.

2.1.2. Campus Passo Fundo:

2.1.2.1. A adequação dos espaços no entorno dos prédios da Biblioteca, Sala de Professores e Depósito, que estão em reforma no Campus Passo Fundo. A máquina de solda será utilizada para pequenos reparos nas diversas instalações do Campus

2.1.3. Campus Erechim:

2.1.3.1. No estacionamento do Bloco dos Professores e em algumas vias e caminhos do campus precisamos de pedras para tapar buracos, nivelar o solo ou para evitar a circulação veículos e pedestres na lama. Precisamos realizar o plantio de grama, onde serão instaladas placas solares, para garantir que o solo não fique descoberto, evitando a produção de pó sobre as placas e também para reduzir a temperatura do solo no local da instalação, aumentando a eficiência de geração dos módulos solares. Precisamos também de cadeados para fechamento das grades que protegem os datashows nas salas de aula e para segurança em outros espaços e equipamentos.

2.1.3.2. Atualmente o campus conta com aproximadamente 1800 alunos, 220 servidores e 42 funcionários terceirizados que circulam diariamente pelos espaços. Os conjuntos de mesas serão dispostos pelo campus de maneira a criar diferentes locais que sejam utilizados por toda essa comunidade acadêmica, em suas horas vagas, como uma alternativa de lazer, descanso e estudo, tornando o ambiente acadêmico mais salubre e harmonioso. Consideramos uma contratação viável que trará muitos benefícios a nossa comunidade. Os conjuntos são fabricados em concreto, com armação de ferro, oferecendo durabilidade ao produto. Outras Instituições já adquiriram itens iguais e/ou similares para os mesmos fins, alguns deles são: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de MG, Inconfidentes (PE 6/2019); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do MS, Campus Coxim (PE 5/2019); Universidade Federal do Paraná (PE 13/2018); Instituto Federal do Sul de Minas, Campus Passos (PE 01/2019) A instalação poderá ser em áreas com grama ou paver, a equipe de serviços gerais será responsável pela mesma.

2.1.3.3. CAAEX-CER: A referida solicitação garantirá o suprimento básico para a tender aos protocolos de aulas práticas dos CCRs de Agronomia e Arquitetura, além de aulas da pós-graduação, projetos de pesquisa, extensão e TCCs. Estes produtos garantirão aos discentes o melhor aproveitamento das atividades práticas e à UFFS a execução das atividades práticas conforme os PPCs dos referidos cursos.

2.1.4. Campus Cerro Largo:

2.1.4.1. A aquisição de pedra brita, pedrisco e areia tem a finalidade de manter as vias internas, externas e reformas de calçadas da Unidade Seminário, Bloco A, Blocos de Laboratórios e Professores (Campus definitivo), do Campus Cerro Largo, para o ano de 2020 e 2021. Obs: a REQUISICÃO MÍNIMA é de 2 m³.

2.1.5. Campus Chapecó:

2.1.5.1. A medição de água bombeada pelo poço artesiano no Campus é de grande importância, a fim de aferir não somente o quanto é consumido desse bem precioso, mas também para fazer a conferência com o consumido nos blocos – que já possuem medidores – notando-se se existem vazamentos ou outros danos na rede de abastecimento do Campus. Dessa forma, geramos não somente um controle de consumo, mas também uma forma de economizar água, energia elétrica e em manutenção da motobomba do poço. A partir da conclusão da instalação do sistema de vigilância eletrônica (novembro de 2019), o qual conta com cancelas no acesso do Campus, vimos que já ocorreram duas situações de colisão com o braço da cancela de entrada. Embora os braços das cancelas dispõem de LED's em todo a sua envergadura, foi verificado que a grande maioria os motoristas, mesmo com a lombada ao adentrar na área do Campus, não utilizam manter a velocidade dentro do limite sinalizado nas vias, motivando a intervenção do Campus na instalação de tachões, e consequentemente, a cola adequada. A cola quente e o spray limpa contato são utilizados em manutenções de pequena monta e gerais. Os refletores RGB serão instalados próximo a cada bloco, permitindo assim, que atendamos a demanda de docentes, discentes, TAE's e da gestão administrativa local, para iluminação (interna/ externa) durante datas expressivas (meses) alusivos a questões importantes em relação aos cuidados com a saúde humana, que é simbolizado sempre por uma cor específica a cada mês.

2.1.6. PROAE:

2.1.6.1. A compra de Tapetes de Grama para acondicionamento em campo de futebol localizado e mantido pelo campus Laranjeiras do Sul justifica-se pela necessidade da PROAE em incentivar, fomentar e promover o desenvolvimento de programas de apoio a atividades físicas e esportivas. Estas atividades fazem parte das políticas estudantis praticadas e defendidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE, com o intuito de atender às prerrogativas previstas no Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O esporte está intimamente ligado a saúde e a educação. Atualmente, esta política é incentivada tanto na educação básica como na educação superior, devido ao reconhecimento da importância das atividades físicas e esportivas no desenvolvimento e na permanência dos estudantes dentro das instituições de ensino. Os programas têm por objetivo, promover a integração acadêmica e estimular a prática de hábitos saudáveis, a partir da inserção do estudante de graduação em atividades físicas e esportivas. A criação desses programas foi embasada pelos princípios e objetivos do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, no intuito de incentivar a prática e o intercâmbio esportivo, contribuindo para com a formação integral dos universitários e a promoção da qualidade de vida. A Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, não promove eventos de cunho esportivo desde o final do ano de 2015, e por esta razão, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE, vem se colocando favorável ao atendimento das demandas dos estudantes e dos próprios Setores de Assuntos Estudantis – SAE's, distribuídos nos campi, no que diz respeito à promoção de competições internas e eventos esportivos, disponibilizando itens básicos para esta finalidade.

2.2. Da formação de grupo

2.2.1. A organização dos grupos está baseada na semelhança dos materiais entre si e visa estimular a participação de empresas licitantes, evitando a ausência de interessados durante o processo. Esta organização também objetiva diminuir o custo administrativo de gerenciamento, uma vez que os grupos resultam em um número menor de fornecedores para administrar.

2.2.2. A disposição em grupo, encontra fundamento no Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara/Acórdão 861/2013-Plenário, TC 006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013, ***“Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si”***.

2.2.3. Além disso, o parcelamento parcial do objeto deste Termo de Referência, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da Licitação, pois visa atingir sua finalidade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto deste Termo de Referência se enquadra como material comum, para fins do disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, para Registro de Preços, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, no Decreto nº 7.892/2013, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

3.2. O uso do **Sistema de Registro de Preços** se justifica pela impossibilidade de se definir previamente o quantitativo a ser efetivamente empenhado, em vista de que os materiais deste Termo de Referência serão adquiridos na medida em que a demanda ocorrer na UFFS, consoante disposto, no Art. 3º, Inciso IV do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens será:

- Para os itens 1, 2, 3, 18, 19 e 20 de **30 (trinta) dias** contados da data de ciência do fornecedor referente a emissão da Nota de Empenho;
- Para os itens 4 e 5 de **02 (dois) dias** contados da data de ciência do fornecedor referente a emissão da Nota de Empenho;
- Para os itens 6 a 8 e 23 a 27 de **20 (vinte) dias** contados da data de ciência do fornecedor referente a emissão da Nota de Empenho;
- Para os itens 9 ao 17, e 21 de **15 (quinze) dias** contados da data de ciência do fornecedor referente a emissão da Nota de Empenho.
- Para o item 22 de **45 (quarenta e cinco) dias** contados da data de ciência do fornecedor referente a emissão da Nota de Empenho.

4.1.1. Os bens objeto deste Termo de Referência serão solicitados mediante Nota de Empenho, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação do recebimento pela empresa.

4.2. Os materiais deverão ser entregues nos seguintes endereços:

4.2.1. Campus Cerro Largo/RS: Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, nº 1.580, Bairro São Pedro. CEP 97900-000. Fone: (55) 3359-3961.

4.2.2. Campus Realeza/PR: Avenida Edmundo Gaievski, 1000, Bairro Cidade Universitária. CEP 85770-000, Acesso pela Rodovia PR 182, Km 466, Caixa Postal 253. Fone: (46)3543-8316.

4.2.3. Campus Erechim/RS: Rodovia ERS 135, KM 72, nº 200, CEP 99700-970. Fone: (54)33217077.

4.2.4. Campus Chapecó/SC: Rodovia SC 484, km 02, Área Rural, Bairro Fronteira Sul. CEP: 89.801-001.

4.2.5. Campus Passo Fundo/RS: Rua Capitão Araújo, nº 20, Centro, CEP: 99.010-200, próximo à polícia federal. Fone: (54) 3335-8523.

4.2.6. Campus Laranjeiras do Sul/PR: Rua Rodovia BR 158, Km 405, CEP: 85.301-970, Caixa Postal nº106.

4.3. A entrega dos materiais destinados a qualquer outro Campus, que não o Campus de Chapecó, deverá ser realizada através da emissão de NF de Simples Remessa com destino ao CNPJ correspondente e a Nota Fiscal de Faturamento com o CNPJ do Campus de Chapecó-SC.

4.4. As notas de simples remessa deverão ser emitidas nos seguintes CNPJ's de acordo com o Campus de sua entrega:

4.4.1. Campus Chapecó: CNPJ Nº 11.234.780/0001-50;

4.4.2. Campus Erechim: CNPJ Nº 11.234.780/0002-31;

4.4.3. Campus Cerro Largo: CNPJ Nº11.234.780/0003-12;

4.4.4. Campus Realeza: CNPJ Nº 11.234.780/0005-84;

4.4.5. Campus Passo Fundo: CNPJ Nº11.234.780/0006-65;

4.5. A entrega dos materiais deste Termo de Referência deverá ser realizada mediante Nota Fiscal.

4.2.1. As notas deverão ser emitidas no seguinte CNPJ: 11.234.780/0001-50.

4.3. A entrega dos materiais deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Nota de Empenho, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.8. Não ocorrendo, num prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação formal, o recolhimento dos materiais que estejam em desacordo com as especificações contidas no presente Termo de Referência, poderá a Instituição providenciar a destinação que melhor lhe aprouver, independente da abertura e conclusão de eventual processo de penalização.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DA VISTORIA

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta para o item 22, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações da rede de abastecimento do reservatório central do Campus Chapecó, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min.

10.2. O agendamento da Vistoria deverá ser realizado com o responsável identificado abaixo:

Nome: Marcelo Guerreiro Crizel

Fone: (49) 2049-6427

E-mail: assin.ch@uffs.edu.br

10.1.1. O modelo do formulário de vistoria é o constante no “Encarte D”.

10.2. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar

com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{6}{100}$$

365

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, visto que pela natureza e complexidade da contratação, os instrumentos para recolhimento de valores advindos das aplicações das sanções são suficientes para reparar possíveis falhas de execução do objeto.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.2. Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com os órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no **subitem 13.1** deste Termo de Referência.

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.3.3, 13.3.4 e 13.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo total máximo estimado da aquisição, pelo requisitante do objeto, é de **R\$ 106.902,95 (cento e seis mil, novecentos e dois reais e noventa e cinco centavos).**

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Este Termo de Referência foi elaborado a partir de informações consignadas pelo requisitante do objeto/Equipe de Planejamento mediante Processos de Pedido de Compras n°:

23205.001360/2020-80,

23205.001954/2020-91,

23205.001914/2020-49,

23205.001799/2020-11,

23205.001550/2020-05,

23205.001399/2020-05,

23205.003065/2020-68,

23205.003291/2020-49 e demais documentos apensados ao Processo de Licitação.

16.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes **ENCARTES**:

16.2.1. ENCARTE A – Modelo para apresentação de Proposta de Preços;

16.2.2. ENCARTE B – Modelo de declaração de isenção de apresentação de certificado ambiental;

16.2.3. ENCARTE C – Fotos Modelos Ilustrativos dos itens 18 e 19;

16.2.4. ENCARTE D – Declaração de Vistoria.

Chapecó/SC, 04 de Junho de 2020.

VANESSA BECKER

Superintendência de Compras e Licitações

Eu, **ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI**, Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura/Ordenadora de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência, visando **a eventual aquisição de material de manutenção predial**, pelo Sistema de Registro de Preços, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 04 de Junho de 2020.

ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI
Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura
Ordenadora de Despesas

ENCARTE “A”

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS Ref. Pregão Eletrônico (SRP) nº 04/2020

À Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

DADOS DA EMPRESA

Razão Social

CNPJ:

Endereço:

Cidade/UF:

CEP:

Telefone: ()

E-mail:

RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome:

Cargo/Função:

RG:

CPF:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS DA EMPRESA

Banco:

Agência:

C/C:

Apresentamos proposta para os **MATERIAIS** descritos abaixo, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico (SRP) nº 04/2020**, pelo (s) valor (es) abaixo especificado (s):

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$					

Declaramos que:

1. No (s) preço (s) proposto (s), estão computados todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir diretamente ou indiretamente no **fornecimento dos materiais**, objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.
2. O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) **dias**, contados da data de sua apresentação. (Prazo não inferior a **120 (cento e vinte) dias** conforme disposto no Edital).

Cidade/UF, de de 2020.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa

ENCARTE “B”

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO AMBIENTAL

Ref. Pregão Eletrônico (SRP) nº 04/2020

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, declara sob as penas da lei, que está isenta de apresentar a certificação relativa a, exigida no Edital do **Pregão Eletrônico (SRP) nº 04/2020** da Universidade Federal da Fronteira Sul, em razão de

Cidade/UF, de de 2020.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa

Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.

ENCARTE “C”

FOTOS MODELOS ILUSTRATIVOS

Item 18 - CONJUNTO MESA RETANGULAR E BANCOS MODELO RETO:



Item 19 - CONJUNTO MESA REDONDA E BANCOS MEIA LUA:



“Encarte D”

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

(Papel timbrado da empresa)

ATESTADO DE VISTORIA – PE Nº 04-2020

Declaramos para efeitos do que consta no “Item 10” do Termo de Referência do Edital do **PE Nº 04-2020**, que o representante da (nominar empresa conforme será apresentado nas propostas), Sr. (nome do representante) portador da cédula de identidade _____, CPF _____, compareceu e efetuou vistoria na área onde será instalado o objeto referente ao item 22, tomando plena ciência da dimensão dos serviços e obras a serem efetuados pela licitante.

....., de de 2020

Assinatura do representante legal
(nome e número da identidade do declarante)

Identificação do Servidor da UFFS

Nome completo: _____

SIAPE: _____

Assinatura – Responsável UFFS

OU

(Papel timbrado da empresa)

ATESTADO DE VISTORIA – PE Nº 04-2020

EFETIVO CONHECIMENTO

Declaramos para efeitos do que consta no “Item 10” do Termo de Referência do Edital do **PE Nº 04-2020**, que o representante legal da empresa (nominar empresa conforme será apresentado nas propostas), Sr. (nome do representante) portador da cédula de identidade _____, CPF _____, tem plena ciência das dimensões e das dificuldades que se encontram no local de instalação objeto referente ao item 22 do PE em epígrafe, declara também que o mesmo tem plena ciência da dimensão e da quantidade dos serviços a serem executados.

....., de de 2020

Assinatura do representante legal
(nome e número da identidade do declarante)